

**As representações sociais como pano de fundo na constituição das subjetividades nas interfaces
sócio-técnicas culturais midiáticas**

**Social representations as a background in the constitution of subjectivities in media socio-technical
cultural interfaces**

Bantu Mendonça Katchipwi Sayla¹

Resumo

Na senda das pesquisas de referências bibliográficas, neste artigo, sob o marco epistemológico e conceitual das Representações (Maldavsky, 1977; Moscovici, 2003), objetivamos perseguir um objeto que se constitui nas interfaces, nos fluxos e contrafluxos de objetos e produtos do capital da Indústria Cultural em circulação na ambiência midiática. Para o efeito, concebemos o conceito de representação como equivalente à percepção e apreensão de um objeto presente no campo perceptual; como reprodução consciente de percepções passadas; como antecipação de eventos futuros a partir da combinação de percepções e concepções prévias; e como entidades (objetos/produtos) quase tangíveis que circulam, e se cruzam por meio de uma fala, gesto e compartilhamento, sobretudo, nas sociedades em midiatização. Sustentamos a hipótese de que na ambiência da circulação midiática os sujeitos percebem, interpretam, significam dos objetos e compartilham as suas experiências e subjetividades, pelos usos e as apropriações das lógicas e gramáticas sócio-técnica e tecnológica.

Palavras-chave

Subjetividade; Representação Social; Indústria Sócio-cultural Midiática.

Abstract

Following the research of bibliographic references, in this article, under the epistemological and conceptual framework of Representations (Maldavsky, 1977; Moscovici, 2003), we aim to pursue an object that is constituted in the interfaces, in the flows and counter-flows of objects and products of the capital of the Cultural Industry in circulation in the media environment. For this purpose, we conceive the concept of

¹ Bantu Mendonça Katchipwi Sayla é sacerdote católico da Diocese de Benguela / Angola. Graduado em Filosofia (1995) e em Teologia respectivamente pelo Seminário Maior do Bom Pastor, Benguela / Angola (1999); em Comunicação Social - Rádio e TV pela Universidade Santa Teresa de Ávila - UNIFATEA, Lorena / SP (2009); possui especialização em Psicopedagogia e Psicomotricidade pela Universidade Salesiana - UNISAL, Lorena / SP (2009); Psicanalista Clínico pelo Instituto de Educação Brasileira – IEB, São Paulo (2014); Mestre em Ciências de Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, Tubarão / SC (2012); Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS (2020); e, Doutor em Psicologia pela Universidad del Ciencias Empresariales y Sociales - UCES, Buenos Aires, Argentina. Atua nas seguintes áreas: Religião, Psicologia, Comunicação, Educação e Sociologia. Email: katchipwi@gmail.com.

representation as equivalent to the perception and apprehension of an object present in the perceptual field; as a conscious reproduction of past perceptions; as anticipation of future events from the combination of perceptions and previous conceptions; and as almost tangible entities (objects/products) that circulate, and intersect through speech, gesture and sharing, especially in societies undergoing mediatization. We support the hypothesis that in the environment of media circulation, subjects perceive, interpret, signify objects and share their experiences and subjectivities, through the uses and appropriations of sociotechnical and technological logics and grammars.

Keywords

Subjectivity; Social Representation; Media Sociocultural Industry.

Introdução

Neste sentido, no contexto da Indústria Cultural Sócio Midiático angolano, falar da constituição das subjetividades, força-nos a fazer uma leitura interpretativa e significativa que, sob o ponto de vista de ancoragem e objetivação (Moscovici, 2003), nos possibilita construir o conceito de subjetividade a partir das representações de mundo. Trata-se, todavia, daquele mundo sustentado por duas proporções (sujeitos e objetos) em múltiplas afetações na ambiência midiática. Ou seja, parafraseando Sá (1998), é impossível falar do mundo das representações, sem especificar o sujeito que mantém tal representação e por outro, não podemos falar nas representações deste sujeito social sem especificar os objetos representados.

Por essas angulações, parafraseando Braga (2011), estamos objetivando, estudar um objeto, que situado nas interfaces das operações psíquica de idas e vindas e, sobretudo, de cunhos interpretativos e significativos entre os diversos campos e práticas sociais.

1 –Tensionando o conceito das Representações Sociais

Tem termos ensaísticos, objetivamos estabelecer uma discussão epistemológica em torno dos conceitos perdidos e das entidades quase tangíveis que Serge Moscovici (2003) aponta como marcos empíricos no ordenamento dos processos das operações psíquicas de leitura, interpretação e significação do mundo. A partir deste raciocínio, passamos a perceber e conceber o conceito das representações sociais como “uma forma de conhecimento prático que conecta um sujeito a um objeto e servem para os sujeitos agirem no mundo e nos outros” (Moscovici, 2003, p. 21).

No âmbito representativo o conhecimento emerge naquela ambiência “onde as pessoas se encontram e interagem, do mundo onde os interesses humanos, necessidades e desejos encontram expressão e satisfação ou frustração” (Moscovici, 2003, p. 09). E, então, as RS passariam a designar uma operação mental de produção dinâmica, cotidiana e informal de conhecimento, um saber de senso comum de caráter eminentemente prático e orientado para a comunicação intersubjetivo. Nesse sentido, a RS desempenha a função de organizar os sistemas de valores, ideias e práticas com uma dupla função: estabelecer uma ordem que capacita os indivíduos (sujeitos), para se orientarem e dominarem o seu mundo social (objetos), possibilitar e facilitar a comunicação (interações) entre membros de uma comunidade.

Por sua vez, Jodelet (1985) define a RS como modalidades de saberes práticos, orientadas para a comunicação e compreensão do contexto social, material e ideativo. Trata-se de saberes construídos através de associações, de operações mentais e de compartilhamentos de imagens, conceitos, categorias e teorias implicadas na construção de uma realidade comum.

Nesse intuito a RS equivaleriam à uma série de proposições e processos que possibilitam a classificação, descrição das características dos objetos e a explicação dos sentimentos e ações objetivados pelos sujeitos. Esse processo pode converter-se em categoria e integrar-se à grade de leitura do mundo já conhecido pelo indivíduo. Trata-se de “compreender e comunicar o já sabido” (Moscovici, 2003, p. 46), instrumentalizá-lo e, ressignificá-lo dando-lhe novo sentido, a partir de sistemas de valores, ideias e práticas duplamente:

Estabelecer uma ordem que possibilite as pessoas orientarem-se em seu mundo material e social e controlá-los; possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (Moscovici, 2003, p. 21).

Moscovici (2003, p. 56) introduz o conceito familiar e não familiar, afirmando que “a presença real de algo ausente, a exatidão relativa de um objeto é o que caracteriza a não familiaridade”. Algo parece ser visível sem o ser: ser semelhante, embora sendo diferente, ser acessível, e, no entanto, ser inacessível. Conseqüentemente, o “não familiar atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, alarma-as, obriga-as a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso” (Moscovici, 2003, p. 56).

Entretanto, estas hipóteses podem funcionar como uma espécie de manipulação do pensamento e da estruturação da realidade, tornando-se semelhantes aos métodos de controle comportamental e de propaganda, que exercem uma coerção forçada em todos àqueles a quem estão dirigidos. Nos processos de representações, “as coisas que o olho da mente percebe parecem estar diante de nossos olhos físicos e um ente imaginário assume a realidade de algo visto e tangível” (Moscovici, 2003, p. 61). Então, o não familiar se transforma em familiar, transferindo-o para a esfera particular, onde se compara e se interpreta, e se reproduz em coisa visível, tocável e controlável.

Por essa vertente, as RS acarretam duas conseqüências: 1) Excluir a ideia de pensamento ou percepção que não possua a ancoragem, pois, “todo o sistema de classificações e relações entre sistemas pressupõe uma posição específica, um ponto de vista baseado no consenso” (Moscovici, 2003, p. 70). 2) Os sistemas de classificação e de nomeação não são simplesmente meios de graduar, e de rotular pessoas ou objetos considerados como entidades discretas. Os sistemas classificatórios visam “facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade e formar opiniões” (Moscovici, 2003, p. 70). Ou seja, as RS parecem mostrar-se semelhantes às teorias ordenadas ao redor de “uma série de proposições que possibilitam a classificação, descrição das características dos objetos e a explicação dos sentimentos e ações objetivados dos sujeitos” (Moscovici, 2003, p. 209-210). Assim, objetivar significará descobrir a qualidade icônica de uma ideia, imagem ou

conceito produzido por alguém; comparar uma ideia com a outra, representar algo como enchê-lo de conteúdo. Isto significa construir a subjetividade do indivíduo, já que as representações “são partilhadas, penetram e influenciam a mente subjetivamente, não são pensadas por eles, elas são repensadas, recitadas e representadas” (Moscovici, 2003, p. 37).

Jodelet (1992, p. 377) supõe uma base de representação partilhada coletivamente. O indivíduo realiza a integração cognitiva do objeto representado, que possibilita a significação, ressignificação, e a construção de “novos elementos numa rede de categorias e significados mais familiares”, via processo de ancoragem. Esse processo intervém nas relações simbólicas existentes no grupo social que representa o objeto por meio de três modalidades:

A ancoragem do tipo psicológico que diz respeito às crenças ou valores gerais que podem organizar as relações simbólicas com o outro; A ancoragem do tipo psicossociológico que inscreve os conteúdos das representações sociais na maneira como os indivíduos se situam simbolicamente nas relações sociais e nas divisões posicionais e categoriais próprias a um campo social definido; A ancoragem do tipo sociológico que se refere à maneira como as relações simbólicas entre grupos intervêm na apropriação do objeto (Doise, 1992, p. 189).

Os sujeitos interagem com os objetos pela ancoragem, e enfrentam “zonas de interpenetração e contato” (Fausto Neto, 2010; Luhmann, 2005) complexas no ato representacional da realidade social. Aqui o aspeto social é assumido como metáfora de uma sombra que abriga um objeto (produto de consumo) em circulação midiática.

2. Disputas interacionais nas esferas socioculturais mercadológicas midiáticas

A realidade social enquanto objeto que se constitui e ganha força existencial no meio dos embates e choques culturais midiáticas, situados no campo da Psicologia Social, somos provocados a estabelecer um contrato de leitura dialógica com autores, tais como Canclini (1998), Ferreira (2007), Fausto Neto (2008) e Braga (2012) que defendem emergência da sociedade dos fluxos e contrafluxos, com o advento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e a circulação mercadológica do capital da Indústria Cultural Midiática (Castells, 1998).

Nestas sociedades os indivíduos são transformados em cidadãos do mundo global e trafegam por todas as esferas (produção e consumo) em todos os sentidos. Em nome da produção, da circulação e do consumo eles enfrentam uma zona cinzenta, onde os indivíduos transitam entres diferentes esferas: da esfera de produção passam para a de consumo; de sujeito para a de objeto. Do mundo de negócios passam para o das ferramentas interpretativas; das áreas especializadas e específicas e àquelas amadoras e vice-versa; das esferas privativas as esferas públicas; do mundo subjetivo ao mundo objetivo; da cultura nacional

à cultura internacional. Nesta dinâmica interacional, contínuo e em uma velocidade frenética, estariam sujeitas tantas outras variáveis importantes da vida nas sociedades em midiatização.

Perante as mutações de papéis sociais, cremos que as RS, revestidas de uma roupagem interpretativamente pluridimensionais, interligam os mundos subjetivo e objetivo, torna-se símbolo de referência comum. Ou seja, sem a pretensão reducionista, mas, na perspectiva interdisciplinar e dos processos interacionais, as RS, nas sociedades dos fluxos mercadológicos dos bens da Indústria Cultural (Adorno e Horkheimer, 1985) a balizam os diferentes contextos, as trocas simbólicas e todas as práticas sociais através dos processos de significação, atribuição de novos sentidos aos objetos, criando realidades sociais e, no contrafluxo (Braga, 2012a). Assim, por meio dos usos das ferramentas as redes sociais, sustentarem hegemonicamente o mercado e a acumulação do capital como afirma Marx (2009, p. 690):

O capitalista é respeitável apenas quando personifica o capital. Nessa função, partilha com o entesourador a paixão da riqueza pela riqueza. Mas o que neste é mania individual, é naquele uma resultante do mecanismo social. O capitalista é apenas uma das forças propulsoras do mecanismo social. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua do capital empregado num empreendimento industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva.

Para se reproduzir, o capital precisa continuamente percorrer e reiniciar um circuito composto por uma sucessão de etapas que se integram em uma única totalidade: a produção propriamente dita, a troca, a distribuição e o consumo. Na ambiência midiática as lógicas e gramáticas de produção propriamente dita, as trocas, a distribuição (circulação) e o consumo passam ser as metáforas de status e a se configurarem em processos centrais da comunicação entre os indivíduos (atores sociais) e da circulação do capital entre as esferas públicas e privadas, através da publicidade.

Assim, transpondo o campo da Psicologia, as RS, podem ser estudadas como elementos coletivos, publicitados, comunicados repetidamente e distribuídos igualmente numa determinada formação social. E não só, na interdisciplinaridade elas podem corresponder as representações culturais, que Lévi-Strauss (1976, p. 19), define como “conjunto de “regras simbólicas, entre as quais se encontram, em primeiro lugar, a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião”. Deste conjunto de regras se ocupam os estudiosos do campo de Antropologia. Todavia, o assunto das representações vai além Antropologia e aporta no campo da Epidemiologia, uma disciplina interessada na distribuição das representações em uma determinada população (Sperber, 1989).

A partir daqui, no contexto da Midiatização e dos Processos Sociais, seja consensual inferir que as RS apresentem fundamentalmente dois aspectos: subjetividade e objetividade no ambiente da midiatização. Sendo que na subjetividade, a representação esteja vinculada a maneira como o conteúdo dos objetos

(produtos) pensados são representados ao espírito dos consumidores. Por sua vez na objetividade, a representação define-se como a capacidade que as mentes têm de tornar presente um objeto do pensamento por intermédio de analogias, metáforas e símbolos. Neste sentido, na perspectiva da circulação mercadológica do capital midiático e da indústria cultural das novas tecnologias da informação e comunicação, as representações permitiriam os fluxos e contrafluxos nas esferas de produção e consumo, dos bens e das trocas e disputas simbólicas entre os diferentes campos (Adorno e Horkheimer, 1985; Baudrillard, 2001; Braga, 2012a; Ferreira, 2006; Sodré, 2002).

Por aqui, vemos que o estudo sobre as RS exige um olhar retrospectivo que passa necessariamente pelo sujeito que pelo uso da razão e a partir das relações que vivencia no mundo, produz significações que o torna exigente, apesar de as ver em forma de simulacros na maioria das vezes. Estas significações aliadas aos fluxos das suas práticas permitem-lhe singularizar, os objetos coletivos, humanizando a objetividade do mundo a ponto de dar sentido as posições que ocupa na sociedade, como sujeito e reafirma a sua inteligibilidade ontológica que vai sendo revelado por perspectivas à medida em que se afirma “ser o que não é e não ser o que é” (Sartre, 2000, p. 194) simultaneamente. Assim, em cada enunciado (discurso e ação) ou significação é possível “encontramos aí o homem total objetivando-se num determinado sujeito” (Maheirie, 1994, p. 122) que seja ele midiático ou não.

Ademais, as significações podem traduzir os acontecimentos do passado, do presente e as expectativas futuras. Segundo Heller (2000, p. 20), o processo dialético entre envolvendo as significações (significante / significado = sujeito / objeto) está “no ‘centro’ do acontecer histórico”, como a “verdadeira essência da vida social”. Ao falarmos da “essência da vida social”, estamos apelando pela constituição identidade singular e coletiva, entendidas em uma dimensão temporal. Esta por sua vez implica a existência vincular, relacional e conflitiva que envolve o passado, o presente e o futuro. Por outras palavras inferimos que as identidades dos indivíduos, quer singulares quer coletivas, talvez sejam inventadas e construídas nas interfaces entre oposições, conflitos e, em um processo aberto de dois “eus” em negociações. Ou seja, entre o “eu” do significante e o “eu” do significado, o “eu” do sujeito e o “eu” do objeto, o “eu” do pesquisador e o “eu” do pesquisado.

Estamos objetivando adotar uma a postura do pesquisador, chamado por Guareschi (2008) de pesquisador-bricoleur. Segundo esta autora, esta postura consiste no fazer uso de um referencial teórico de análise e compreensão do seu objeto de estudos a partir diferentes disciplinas. Esta postura requer destreza teórica particular, pelo fato utilizar diferentes procedimentos e intersectar várias áreas do conhecimento dentro das ciências humanas e sociais. Portanto, parafraseando Johnson (1986), estudar as RS, nos ancora aos estudos culturais, como campo de diferentes saberes na produção e construção conhecimento entre os indivíduos. Isto exige voltar o nosso olhar para os contextos históricos e as subjetividades das pessoas como

orquestradoras das práticas sociais, cotidianas e socioculturais (Bourdieu, 1987; Braga, 2012; Trindade, 1997). Na visão destes autores, o sentido das ações mais pessoais e mais transparentes não pertencem ao sujeito que as perfaz, senão ao sistema completo de relações nas quais e pelas quais elas se realizam. Ou seja, fazendo referência a Bourdieu (1987) os sentidos passam a ser disposições socialmente constituídas e por isso prenes de capacidades geradoras. E o sujeito nas interações com os contextos sócio-histórico e com os objetos (produtos), adquire uma estrutura dinâmica que pode ser condicionada e condicionante ao mesmo tempo. Continuando o autor é do parecer de o indivíduo derive da dupla imbricação entre as “estruturas mentais” dos agentes sociais e as estruturas objetivas (o “mundo dos objetos”) constituídas pelos mesmos agentes. As primeiras instituem o mundo inteligível, que só é inteligível porque pensado a partir das segundas. A reciprocidade da relação estabelece um movimento perpétuo, um sistema generativo autocondicionado - o habitus - que busca permanentemente se reequilibrar, que tende a se regenerar, a se reproduzir.

Nesta ordem de ideias, qualquer pesquisa que se pretenda fazer deve ter como interesse central a percepção das intersecções entre as estruturas sociais, os grupos sociais, a cultura, a história e as relações que os indivíduos constroem e passam a ser construídas por elas. Isso equivale a fazer uma investigação dos processos das formas como os sujeitos se compreendem a si mesmos dentro da cultura e como o conhecimento acerca do social, do indivíduo corporificado e dos significados que estes compartilham em grupos/comunidades específicas são produzidos nos diferentes momentos históricos. Todavia, como afirma Meyer (1999, p. 59) embora se sustente a produção discursiva do social e dos sujeitos, não se nega a participação material de pessoas, coisas e eventos. Mas que, em uma visão dos fluxos discursivos, estas não têm em si significados fixos e sim flutuantes:

Elas significam e se tornam verdadeiras somente dentro, ou pela articulação, de determinados discursos enraizados em contextos particulares e localizados. É o discurso, e não o sujeito ou a instituição social que o assumem, que produz conhecimento. Estes (sujeitos e/ou instituições) podem estar produzindo textos particulares, mas estão operando dentro dos regimes de verdade de um período e cultura particulares (Meyer, 1999, p. 59).

Os seus significados dependem das relações estabelecidas com outras esferas e sobretudo da capacidade que os sujeitos sociais têm, de manifestar diferentes práticas simbólicas, situadas em um determinado contexto histórico (ideologia na produção, na circulação e no consumo de produto). Este nível de pensamento abre espaço para compreender a realidade que os indivíduos constroem suas relações como os outros ou objetos, no sentido de percebermos que essas não são somente interpelados por uma ideologia dominante, mas também resistem a ela e se mobilizam produzindo novos sentidos e buscando mudanças. Portanto, inferimos que o nível de compreensão do discurso como produção de sentidos e manifestação de diferentes práticas simbólicas, deve ser entendido como a própria ação social do sujeito e historicamente

construído. Dito de outra forma a partir das relações e da leitura que o sujeito faz do mundo onde vive, ele não produz significações abertas ao mundo, mas ele passa a ser significativo ao reproduzir e vivenciá-lo em suas condições de singularizar e humanizar os objetos coletivos do mundo.

Neste caso as RS passam a ser um processo pelo qual as significações do sujeito, aliadas às suas ações o compõem e o vão revelado por cada uma das suas perspectivas. Ao admitirmos o conceito de processo, concebemos os acontecimentos, os objetos e as relações entre os indivíduos como dinâmicos, em evolução e em mutações contínuas, cujos ingredientes agem uns sobre os outros em afetações mútuas e de cumplicidade complexa (Fausto Neto, 2008). Por isso, acolhendo o proposto por Sousa (2006, p. 28), assumimos o conceito de RS como aquela expressão que “designa um fenômeno contínuo [...] com sua evolução interacional” na ambiência da midiatização.

3. A subjetividade na perspectiva sócio-histórica, cultural e midiática

Acima de tudo somos do parecer é de que a constituição da subjetividade resulte dos processos de síntese relacional e dialética, no qual concorram as condições objetivas e subjetivas de existência. Aliás, como afirma Furtado (2001, p. 58), trata-se de um processo singular que:

É um processo singular que nasce da dialética entre sujeito e meio, definido pelas ações e mediante as quais a história pessoal e a do meio confluem numa nova unidade que apresenta uma configuração subjetiva (relativa ao sujeito) e objetiva (relativa as bases econômicas e sociais) concomitante.

A ser assim, na construção das subjetividades parece serem imprescindíveis as relações estabelecidas entre mundo social e cultural. Neste sentido, parafraseando Hall (2000), o conceito surgiria das interfaces ou interações comunicativas, enquanto tentativas de rearticular as relações entre os sujeitos, suas crenças, seus valores, suas ideologias, suas necessidades e suas práticas discursivas em vista a construção da identidade. Sob uma visão transversal, pelo que até agora vimos, leva-nos a pensar que talvez estudar o conceito adolescência no âmbito das RS depende de um emaranhado de fatores de origens diversas: alguns de ordem subjetivos, e psicológicos, outros de ordem histórica e aqueles de social.

No campo dos estudos sócio-histórico-cultural e midiática, para Hall (1997; 2000) e Ferreira (2006) o conceito da subjetividade corresponderia as formas como ele é apresentado. Ou seja, de forma mais ampla, como os sujeitos/indivíduos são concebidos e produzidos, como eles se percebem e se concebem, isto é, segundo Moscocivi (2003), através dos processos de ancoragem e objetivação, como eles pela significação representam em suas práticas discursivas o que a sociedade produz a cerca deles. A ser o caso, o recurso às metáforas e as representações pode ser concebido como uma das práticas centrais e um dos construtos políticos nos processos de trocas simbólicas socioculturais entre os indivíduos. Relendo os autores citados, a

representação passa a ser uma construção social, realizada através do compartilhamento de um mapa conceitual.

Na ambiência da midiaticização, este mapa conceitual corresponderia às lógicas e as ideologias que se prendem com a produção, circulação e consumo dos conteúdos dos bens da cultura midiáticos. Assim, à medida em que ocorrem as interações comunicacionais os indivíduos (produtores e consumidores) estes bens vão sendo significados e tornados familiares e se configurando em bens culturais atribuindo novas identidades aos sujeitos. Vale, porém, lembrar que se trata de um trabalho que exige do investigador um certo lidar com as memórias subjetivas ou individuais ou coletivas, conforme destaca Albuquerque Júnior (2007, p. 199). Há aqui, portanto, que uma questão que exigirá o aprimoramento quanto à relação e distinção conceitual entre história e memória. Segundo este autor, este trabalho demandam um melhor preparo com relação aos fundamentos teóricos e metodológicos para sustentar a construção do conhecimento histórico.

Norteados pelas RS, considerando o objeto da nossa pesquisa e os instrumentos metodológicos escolhidos, Albuquerque Júnior (2007) oferta ao nosso trabalho algo semelhante à manipulação das memórias, uma atividade inerente ao ofício do historiador. Porém, sem a ingenuidade sobre os riscos que corremos, bem como dos equívocos que precisamos evitar na hora de descrever os discursos dos indivíduos como se fossem realidades individuais absolutas. A metáfora da manipulação da memória pode ajudar-nos no estabelecimento de um contraponto em relação aos contextos sócio-históricos e culturais que envolvem os adolescentes que compõem a amostra da pesquisa. Este contraponto nos aproxima de Halbwachs (2004) e passar a entender as memórias individuais sob o ponto de vista da memória coletiva. Ademais, para este autor, apesar da existência de uma memória individual, é sempre a memória coletiva que mais facilmente evocamos quando buscamos dar um suporte mais confiável ao fato lembrado. Ou seja:

Os fatos e as ações que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. [...] e é por podermos nos apoiar na memória coletiva dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los (Halbwachs, 2004, p. 53-55).

A partir desta concepção, a constatação de atos de violência, por exemplo, pode nos ajudar a reconstituir as lembranças que estão adormecidas ou esquecidas no subconsciente. Contudo, não podemos fazer uma leitura interpretativa absolutamente associativa de causa e efeito, pois, as práticas e ações dos indivíduos na sociedade estão sujeitas as influências do modo como percebem e recebem o mundo à sua volta na contemporaneidade.

Portanto, abordar a problemática reconstituição sócio-histórica e cultural da memória individual e coletiva dos sujeitos, sustentados pela Midiaticização e os Processos Sociais, constitui uma tarefa árdua. E, impõe-nos um desafio um desafio de “carácter transmetodológico” contínuo, devido a

“multidimensionalidade e complexidade dos contextos comunicacionais contemporâneas, atravessados por uma digitalização intensa” (Maldonado, 2013, p. 31).

Destarte, perpassando o campo de outras ciências sociais e humanas tais como Comunicação Social, Psicologia, Antropologia, Sociologia e História, o campo da memória produzirá conhecimento considerando os interesses pessoais e influências das crenças e juízos de valor que são criados e construídos a partir do lugar social do seu autor/produtor/consumidor. “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam” (Certeau, 2002, p. 66-67). Por isso, faz-se necessário ao pesquisador ter a clareza de que na relação entre o ato de violência e a memória não se pode deixar seduzir pela nostalgia de um passado idealizado ou premeditado, mas sim estudá-lo de forma crítica para não incorrer no risco de alimentar tradições erroneamente.

Sustentado pela perspectiva histórica Oliveira (2002, p. 24) destaca que nesse início de milênio um dos papéis reservados a história – e de bastante relevância - é o estudo da memória relacionada com a preservação do patrimônio histórico já estabelecido. Para ela, não importa qual a concepção de história que o determinou como tal. A memória suscitada e preservada no meio material de um patrimônio cultural deve ser vista como decorrente de escolhas intencionais e pré-estabelecidas, feitas para alimentar uma história que se deseja incutir no imaginário social. A memória fica enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem no objeto. Desse modo é possível afirmar que “o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial é sustentáculo de memórias, e como tal incorpora fragmentos e sentimentos experienciados socialmente pelo indivíduo e a coletividade em espaços e tempos determinados” (Oliveira, 2002, p. 27).

Neste sentido, concordamos com a visão da autora, mas achamos necessário ressaltar que a memória preservada por intermédio da cultura nem sempre é tão significativa para o grupo que convive em seu entorno, quanto o é para o grupo que a estabeleceu como tal. Ou seja, para as instâncias de poder que dominam essa comunidade cultural e intelectualmente, de acordo o que Pollak (1989, p. 09) chamar de enquadramento da memória.

Diferentemente de Halbwachs (2004), Pollak (1989) evita conceber a Nação como a forma mais acabada de um grupo e a memória nacional como a mais completa forma de uma memória coletiva. Ele defende a existência de todo um quadro de violência simbólica imposta a uma comunidade ou grupo social pelos que manipulam a memória, mantendo-a como um instrumento de poder. Mas este trabalho longe de ser apenas das instâncias de poder, o enquadramento da memória pode ser feito pelo próprio grupo ao qual a memória pertence, e isso se realiza pela necessidade que o grupo possui de manter a ordem, a unidade e a continuidade dessa memória alimentada em seu interior, bem como a própria imagem que possui de si mesmo (Pollak, 1989, p. 10).

Desta feita, a memória coletiva passa a ser fortemente constituída como nacional e pode evidenciar uma intenção por parte do Estado em manter uma coesão, um sentimento de pertencimento de um grupo dominante aos demais membros da sociedade. Neste caso, uma das funções essenciais da memória coletiva seria manter a coesão interna e defender as fronteiras e os interesses daquilo que um grupo tem em comum. E, então o uso do termo memória enquadrada passaria a ser o mais adequado do que memória coletiva, e seria sustentada pelo material fornecido pelos contextos sócio-históricos e culturais dos sujeitos.

Assim, o papel do patrimônio histórico seria de fundamental importância na função de resguardar uma memória predominante que se constituir em um acervo dos indícios de uma época passada. Para o efeito, o acesso do pesquisador a estes lugares de memória/acervo, é objetiva e subjetivamente de um sentido bastante e de gigantesco significado (Nora, 1993, p. 15) na contemporaneidade. Parafraseando este autor, a partir do momento em que os pesquisadores, nas interfaces interdisciplinares, começam a agir sobre as memórias dos grupos, eles passam a sentir a necessidade do trabalho de um investigador/participador, que interfere na reconstrução destas memórias e, conseqüentemente, desaparecem as memórias em sua forma natural. Dessa maneira, surgem para essas sociedades ou grupos uma outra necessidade, os lugares de memória, que se configuram paulatinamente como novos “marcos testemunhas de uma outra era” (Nora, 1993, p. 13).

Na ambiência midiática e dos processos sociais, os lugares de memória não se concretizam apenas no aspecto material dos discursos verbais, mas, também em uma acepção simbólica e funciona. No que se refere aos lugares discursivos, parece tratar-se nesse aspecto da memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos. Com relação aos lugares funcionais, parece possuir uma função de alicerçar as memórias coletivas. Já no caráter simbólico, são lugares onde a memória coletiva se expressa e se revela. Neste âmbito os lugares passam a ser carregados de uma vontade de memória (Nora, 1993, p. 21-22).

Ainda em relação a memória, Bosi (1994, p. 55) tomando como aporte o pensamento de Halbwachs (2004) afirma que:

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

Neste sentido, pode-se afirmar que, ao ter a memória como fonte, o pesquisador precisa mergulhar em visões subjetivas de atores sociais e evocar as experiências desses sujeitos e suas relações com passado e o presente para poder produzir conhecimentos sócio-históricos e culturais significativos. Para tanto, os indícios podem/devem servir como sustentáculos dessas experiências. No entanto, na tarefa de recuperar a

memória perdida ou esquecida, ele leva consigo seu ponto de vista e intencionalidade, aspectos que acabam por interferir na maneira como ele vai interpretar essas memórias. Esse é um trabalho que exige certa demanda de violência e, de acordo com Albuquerque Júnior (2007), é inerente ao ofício epistêmico da memória no processo de gerar o conhecimento científico.

Assim, apesar de ser uma fonte subjetiva e por isso estar sujeita a qualquer tipo de anacronismos ou “inverdades”, os questionamentos sobre a natureza da memória e os silêncios produzidos por ela podem ser abordados de forma positiva, uma vez que a memória ajuda na constituição das identidades, na identificação do sentimento de pertença e na construção de saberes. Isto é, mesmo não sendo uma releitura do passado tal como ele se produziu, a memória enriquece o estudo das relações passado/presente, pois “não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória” (Halbwachs, 1990, p. 64).

Sob o ponto de vista das RS e na transversalidade entre os campos da Psicologia, da Sociologia, da Semiótica e da Comunicação, podemos concluir que, a compreensão do significado do conceito de memória, seja apenas possível, levando em consideração os contextos sócio-históricos e culturais dos sujeitos, agora em interação com a cultura midiática. Neste âmbito, a construção do conceito de memória passa a dar-se sempre na interação social (Honneth, 1999, 2009; Moscovici, 2003; Nobre, 2009).

Mesmo quando usando a memória evocamos algo mais particular e íntimo e ou, a experiência vivida individualmente ainda assim, este algo está ligado à memória de um grupo. No ato de memorar cada um de nós faz uma estabelece uma operação mental e interacional com a sociedade, seus grupos e instituições. Ou seja, a nossa memória pessoal está sempre impregnada das memórias dos que nos cercam. Não é preciso que eles estejam presentes, a memória individual e as maneiras como se percebe o mundo se constituem, a partir desse emaranhado de experiências, tão diversos quanto os diferentes grupos com quem interagimos.

As nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1990, p. 26).

Entretanto, narrar as memórias de nossa vida não é algo fácil, muito pelo contrário, requer esforços e dedicação, afinal, a “memória não é sonho, é trabalho” (Bosi, 1994, p. 55). Trata-se de trabalho no sentido de reviver, refazer, reconstruir, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado.

É sob estas angulações, que pretendemos destacar o papel da memória familiar, ou seja, do grupo familiar. O grupo familiar é uma referência fundamental para a reconstrução do passado, porque ele é, ao mesmo tempo, objeto e espaço para recordações. Sempre há na família a figura do guardião ou guardiã da memória, é aquela pessoa “escolhida” para cuidar e transmitir a memória familiar e do grupo. Geralmente

este papel é assumido pelos idosos da família, especialmente os avós, os pais e os tutores, que são o elo vivo entre as gerações.

Halbwachs (1990) chama atenção para os “museus de famílias”, que são de fato, marcas do passado, ou seja, não são apenas elementos que evocam lembranças, mas, além disso, são a própria lembrança. Estes museus familiares aproximam-nos da visão de Moscovici (2003) que desenvolvem a teoria das Representações Sociais. Segundo este autor, por meio de trocas simbólicas, as representações sociais teriam como objetivos primordiais, tornar familiar algo até então desconhecido nos ambientes sociais e nas relações interpessoais. Além disso, estas trocas simbólicas, ofertam possibilidades para a classificação, categorização e nomeação de ideias e acontecimentos inéditos, com os quais os indivíduos de uma determinada sociedade não se haviam ainda deparado. Por outro lado, elas poderiam oportunizar a compreensão, a manipulação e interiorização de novos fenômenos, juntando-os a valores, ideias e teorias já assimiladas, preexistentes e aceitas pela sociedade.

Nesta ordem de ideias a memória das pessoas e de suas famílias pode configurar-se como uma ambiência que nas interfaces delimita o território e orchestra estruturalmente a arquitetura da memória do nosso objeto de estudo na sociedade angolana. Este tipo de memória será designado neste trabalho de memória sócio-histórica e cultural, concebida como aquela composta por uma experiência marcada pelos conflitos armados, pelos processos democráticos e do desenvolvimento sociotécnico e tecnológicos na área das novas tecnologias da Informação e Comunicação.

Portanto, em nossa pesquisa definimos o conceito memória como ato de evocar as lembranças subterradas pelo tempo e pelos diversos fatores sociais. A nossa hipótese é de que estas lembranças transformadas em diamantes negros brutos, precisam ser localizadas e lapidadas através de um árduo trabalho e reflexivo, sem o qual eles seriam “uma imagem frígida [...] e uma repetição do estado antigo” (Bosi, 1994, p. 31). Assim, a concepção que fazemos da palavra memória jugamos vir a constituir um elemento de suma importância na busca da compreensão sobre o como os adolescentes enquanto sujeitos que consomem os conteúdos violentos através da Internet pelos seus DM, a formam como percebem o mundo à sua volta e como o reproduzem em suas práticas sociais.

Para Vygotski (1983), Moscovici (2003) e Pino (1991) este fenômeno ocorre devido ao desenvolvimento das diversas funções mentais superiores dos sujeitos (planejamento, memória voluntária, imaginação). Para os autores, os sujeitos estão em constantes interações com o habitat, sob dois planos no desenvolvimento cultural do indivíduo: a) plano social (interpsíquica), b) conteúdos psicológicos (intrapíquica). Para Vygotski (1983) os fatores biológicos predominam somente no início da vida, sobre os sociais no desenvolvimento dos seres humanos. À medida em que os sujeitos interagem com os diversos

campos, práticas social e objetos, a sua cultura passam a governar os seus desenvolvimentos e o comportamentos.

A partir da visão deste autor, podemos afirmar que as funções psíquicas dos sujeitos tenham sua origem nos processos interacionais sociais e o “desenvolvimento psíquico seja o resultado da ação da sociedade sobre os indivíduos para integrá-los na complexa rede de relações sociais e culturais que constituem uma formação social (Pino, 1991, p. 34). E então, o desenvolvimento humano possa a ser compreendido como um processo dinâmico mediado social e culturalmente. Ou seja, um processo de evolução do indivíduo produzido pelo cruzamento de diversos fatores e interações dos aspectos orgânico-naturais (internos) com os sócio-culturais (externos) “num complexo processo de superação de dificuldades e de adaptação” (Vygotski, 1983, p. 141).

Como forma de compreender complexo processo da evolução da memória da espécie humana, ou simplesmente do indivíduo, desde os tempos mais remotos estudos são realizados. Já na Grécia antiga filósofos, historiadores e pesquisadores de todas as áreas se questionavam sobre quem é o homem? Partindo de uma evidência, Marx e Engels (2007, p. 10) define o homem como um ser empiricamente existente dizendo:

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são pois verificáveis por via puramente empírica. A primeira condição de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, as relações que ele gera entre eles e o restante da natureza.

Indo na mesma direção para Weber (1984, p. 364) “o homem é um animal preso em teias de significações que ele mesmo teceu” ao longo da história. Tomando de empréstimo e tensionando os conceitos “teias de significações” por meio das relações do homem com os seus semelhantes e destes com a natureza, aportamos na concepção sócio-histórica. A partir daqui retomamos as reflexões de Schaff (1987, p. 69) que discute a concepção marxista de indivíduo. Para o autor as considerações de Marx, partem da “convicção de que o homem existe como espécie e como indivíduo, que é um exemplar desta espécie, um resultado, um produto do desenvolvimento histórico, e, portanto, um produto social” (Schaff, 1987, p. 69).

Chamamos a atenção para o fato de que a configuração antropológica do homem além de ser resultado da evolução biológica da espécie é de um ser inerentemente ligado às condições e os contextos sócio-histórico e culturais. Por outras palavras cremos que a configuração antropológica está sujeita a mutações e pertencente à uma determinada sociedade. Por outro lado, sem a pretensão determinista, estamos inferindo que talvez ela se constitua mediante determinadas condições sociais e históricas que lhe antecederam.

Deste modo pensamos que, qualquer estudo que se possa fazer sobre ele, apenas seja possível por meio da observação e percepção do papel ativo de cada sujeito nas relações e nos vínculos que ele estabelece com os outros através das condições sociais, do tempo e do espaço. Por estas angulações, na tentativa de compreender como o sujeito angolano se reconstitui parece não bastarem as contribuições vindas da área de Psicologia, da Comunicação Social, da Filosofia e da Pedagogia. Mas na transdisciplinariedade (Nicolescu, 1999, p. 50) estuda algo não-científico que, nas interfaces, transborda o campo das disciplinas, rejeitados pelas normas paradigmáticas da ciência moderna, complexifica os saberes.

Em uma vertente metodológica com o uso do termo transdisciplinariedade, objetivamos promover uma discussão que estabeleça uma interface “entre o sujeito e o objeto, pares dicotomizados no pensamento predominante do paradigma da simplificação” (Morin, 2002). Pretendemos acoplar e construir uma estrutura organizacional do conhecimento sobre as práticas e os discursos dos indivíduos. Nesse escopo, encaminhamo-nos para compreensão de uma “[...] subjetividade objetiva do sujeito aprendente que se expressa de uma nova maneira” (Moraes, 2015a, p. 16), transcendente da lógica binária, fragmentada e excludente. Portando objetivamos construir conexões, que talvez possam permitir todo um “fluxo contínuo” (Braga, 2012a) de trocas simbólicas e intersubjetivas dando um olhar multidimensional aos elementos que compõem as singularidades dos sujeitos (realidade). Para Moraes (2015a, p. 16) é o reconhecimento dessas singularidades subjetivas que estabelece as “pontes que religam as partes ao todo e unem as diferenças”. Ou seja, trata-se aqui de empreender um certo esforço “semântico para conceitualizar algo que [...] escapa por sua própria natureza, a toda e qualquer definição e esquematização” (Moraes, 2015a, p. 90). Isto é, a singularidade.

Segundo Vygotski (1993) a singularidade, pelo fato de conter tanto a internalização como a expressão de sua condição histórica e social, a ideologia e as inter-relações, possibilita a descrição e a apreensão da gênese da consciência subjetiva, pelas suas mediações, tais como o pensamento, a linguagem e a vontade do indivíduo na sociedade. Ou seja, para Vygotski (1993) fica claro de que a natureza psicológica dos homens é constitutiva e representativamente um agregado de relações sociais que, mediante as operações dialéticas da dos processos psíquicos e fisiológicos e, pelo uso da linguagem e do pensamento, são internalizadas e transformadas em funções e formas de estrutura sócio-históricas para o indivíduo imerso em um determinado contexto ou meio.

A partir do pensamento de Vygotski (1993) podemos concluir que o homem enquanto o sujeito não se constitui com base em fenômenos internos e nem se reduz a simples reflexo passivo do meio. Ele configura-se como um ser ativo, social e histórico que nas interações sociais constrói as suas formas de pensar, sentir e agir.

Portanto, a resposta à pergunta filosófica sobre quem é o homem, pode depender das “relações” intersubjetivas e de “teias de significações” que o sujeito vai construindo e projetando sobre si mesmo, a cerca do seu ser, existir no tempo e no espaço. Dito de outra forma, diremos que a construção da identidade do sujeito passa pela forma como ele percebe e se percebe no mundo a sua volta. E, esta percepção dupla não se faz senão por meio de metáforas, de leitura de mundo (Freire, 1989; Sayla, 2012) feita por meio de embaraçamentos e desembaraçamentos em meio à essas teias de significações.

Analisando essas teias de significações, talvez não seja possível apenas por uma ciência experimental que vise a busca de leis, mas por meio de uma ciência interpretativa, que fixe o seu olhar epistêmico nas representações e significações que os indivíduos atribuem às suas próprias realidades. Portanto o que objetivamos aqui é a aquisição do conhecimento a sobre as explicações e interpretações enigmáticas, sobre as perguntas e respostas aos problemas, sobre as formas e expressões culturais, históricas e sociais. Ou seja, estamos a enfatizar a importância de apreendermos os significados sobre as práticas sociais quer individual e coletivamente numa visão representacional de busca de satisfação de desejos individuais e coletivas.

Esta representação e satisfação solidárias de desejos, no âmbito da Mídiação configuradas em práticas sociais, propiciam o clima de busca de reconhecimento, de disputas e de conflitos a partir dos ambientes nos quais elas surgem e se dão a conhecer. Portanto, as representações passam a compreender a todas as práticas instituídas quer individuais quer coletivas que, simultaneamente produzem significados, e não se limitam apenas ao campo do imaginário. Nossa premissa é justificada pelo fato de que as práticas sociais na circulação midiática carregam consigo os valores e interesses ‘outros’ daqueles dos grupos que os produziram, e no período que foram produzidos. Isto nos possibilita fazer uma leitura do mundo diferente e a pensar as representações sociais como campo de disputas, concorrências e competições, que podem ser postas como poder e dominação segundo nos sugere Chartier (1990, p. 17):

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. [...] As representações do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, política) que tendem a impor uma autoridade à custa dos outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas.

Portanto, sustentados pela teoria das Representações Sociais e inseridos nos campos da Psicologia Científica e comunicacional, não temos dúvidas de que a observação introspectiva do contexto sócio-histórica e cultural angolano nos possa ofertar um subsídio complementar no estudo das interações sociais da vida cotidiana e conseqüentemente na concepção e compreensão da personalidade/identidade dos indivíduos. Para tanto, sob o ponto de vista interacional, fazendo um recorte memorial, os contextos que envolvem o sujeito angolano foram abordados sob três perspectivas de per si inseparáveis um do outro: o

fim do conflito civil armado, a abertura ao mercado de consumo das TICs e o crescente índice de violência (sujeito = contextos sócio-histórico e culturais).

No âmbito dos processos interacionais entre estas categorias, apoiados em Vygotski (1994, p. 118) concluímos que a constituição das subjetividades passa pelos processos de aprendizagens construídos pela interação do sujeito com um outro da sua espécie:

O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas

Trata-se de um processo que tem o seu início no período marcado “pelos experiências e vivências imediatas, marcadas pelas palavras geradoras” (Freire, 1987, p. 6) anteriores ao processo da escolarização do indivíduo. Assim, mediante diversas interações vivenciais com os familiares e colegas, o indivíduo (criança) desenvolve e constrói a sua consciência histórica da realidade a partir dos conceitos cotidianos. (Vygotsky, 2000). Relendo a formulação que este autor faz sobre a formação da consciência, Oliveira (1992, p. 78) chega à conclusão de que para Vygotsky, a consciência é histórica e social, na medida em que “é imposta aos seres humanos através da participação em práticas sócio-culturais”. Isso quer dizer que o indivíduo pela abertura às interações interpessoais dialógicas, dialéticas e pela experiência sócio-histórica apreende, percebe e capta a realidade externa adquirida durante os fluxos discursivos e circulatórios. E, como se não bastasse, vai atribuindo novos significados e reconstruindo internamente novos conceitos antes existentes fora dele.

Relendo Vygotsky (2000), pela internalização das práticas sócio-culturais e nas relações interpessoais, mediadas pelo sistema simbólico a consciência do homem se constitui subjetivamente. E então os indivíduos numa determinada sociedade passam a ser “sujeitos absolutamente únicos, com trajetórias pessoais, singulares e experiências particulares em sua relação com o mundo e, fundamentalmente, com as outras pessoas” (Oliveira, 1992, p. 80). A ser assim, o sistema simbólico se converte no veículo que fornece a consciência ou a psique dos indivíduos os conceitos e as formas de organização do real, essenciais nos processos de interação entre os sujeitos, através da linguagem que veículo indispensável na comunicação humana. Pois é pela linguagem que um sujeito age sobre o outro, não apenas lhe comunicando mensagens, nem exteriorizando seu pensamento, mas de alguma forma mudando o outro com a ação da sua linguagem, sendo ao mesmo tempo transformado pela ação da linguagem do outro. E, então, a linguagem edita as pautas da produção humana. E como tal, não está dada e acabada, mas é construída historicamente nas e pelas relações sociais. A enunciação configura-se como o produto da interação entre dois indivíduos socialmente organizados, um fenômeno ideológico, e o que é ideológico não pode ser explicado senão pelo social.

Para Bakhtin e Voloshinov (2010, p. 32), “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali ande o signo se encontra, encontra-se também o ideológico [...] com um valor semiótico”. Portanto, alude-se que o sistema de signos se constitui a partir de uma realidade social e que os signos se manifestam no processo de interação entre uma e outra consciência individual. Nesse sentido, para Bakhtin e Voloshinov (2010, p. 35), a consciência passa a ser de natureza social uma vez que “adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais”. Deste modo o sujeito se constitui ouvindo e assimilando as falas da mãe, do pai, dos colegas, da comunidade próxima e da sociedade. As palavras e o discurso do outro são processados por cada sujeito no decorrer de sua vida de modo que, ao mesmo tempo que passam a ser do sujeito, continuam sendo, também, do outro.

Para Rousseau (1978) a subjetividade (identidade) do sujeito, pode ser concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social pela imaginação que permite que os indivíduos transportem para fora de si mesmo e se identifiquem com os outros e com o mundo exterior a si. E este só existe pela atividade humana, exercida por meio de comparações, analogias na pluralidade de ideias: “quem vê somente um pequeno número de objetos e, desde a infância, sempre os mesmos, também não os compara, porque o hábito de vê-los, impede a atenção necessária para examiná-los” (Rousseau, 1978, p. 175). A subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem e passam a ser explicada a partir do social, pelas mediações comunicacionais que se estabelecem via linguagem presente em todas as culturas e tempos da história da humanidade. Já para Suassuna (1995) a linguagem constitui-se como produto das necessidades de intercâmbio na convivência social, dentro do processo histórico de cada sociedade. Para o efeito, é necessário considerar e reconhecer os aspectos político-ideológicos das relações entre linguagem e classe social, uma vez que “as relações de comunicação linguística têm a ver com as relações de forças simbólicas estabelecidas na dinâmica social” (Suassuna, 1995, p. 95). Assim, por sua natureza, a linguagem é mediação para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade. Pelo uso da linguagem o mundo psicológico (individual) converte-se num mundo em relação dialética com o mundo social (coletivo). A ser assim, pelo domínio dos signos linguísticos cria-se a possibilidade de mergulhar no mundo psicológico. O que significará conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo/coletivo; um fenômeno que se constitui em um processo de conversão do individual para o social e vice-versa; um mundo interno em construção por meio de elementos e atividades do mundo externo.

Estamos, portanto, próximos das representações sociais defendidas por Moscovici (2003) que, a partir da psicologia social nos ajudam a enxergar mais adequadamente a origem das ideologias e cuja intenção é subordinar o mundo consensual e reificado facilitando assim a transição de um para o outro. Para o autor, criamos representações porque nos sentimos desconfortáveis ao que não nos é familiar. Existe uma

motivação em absorver o que “não é familiar” ao seu sistema “familiar” de determinado grupo. Ou seja, em sua reapresentação e familiarização junto às convenções, valores e ações aceites em um determinado grupo de pessoas. Desta forma, estamos objetivando a construção de uma episteme que retire os objetos de um campo abstrato e idealista e lhes oferte uma base material vigorosa através dos signos e da linguagem.

Assim, fazendo uma síntese dos estudos ligados à importância da língua, nos processos interacionais comunicativos entre os sujeitos entre si e destes com os objetos, nas obras de Bakhtin (2010) e Vygotsky (2000), a partir de Cardoso (2000, p. 33-35) podemos destacar seis grandes pilares:

O papel ativo do sujeito é ativamente a construção de saberes e habilidades; a relação entre a construção dos saberes e os fenômenos sócio-histórico-ideológicos. Ou seja, os sujeitos constroem seus conhecimentos, em contextos historicamente determinados, sobre a base de suas representações e de seus saberes anteriores; a relação Sujeito-Outro-Objeto, no processo de construção do conhecimento pelo sujeito concreto (psicogênese) é complementada pela dimensão das relações sociais (sociogênese), ou seja, os sujeitos constroem os saberes no quadro das interações sociais; a não linearidade na construção do conhecimento, ou seja, os sujeitos constroem seus saberes num jogo constante de conflitos, de desestruturações-reestruturações de seus quadros de conhecimentos; [...] como consequência dos aspectos anteriores, releva-se o papel da linguagem e do outro em um novo estatuto, como constitutivos do sujeito e da produção de sentido (e não como simples veículo de comunicação-linguagem e espectador-outro); [...] ainda como consequência, aparece o papel do erro em um novo estatuto, como marca da atividade do sujeito (e não como ausência de atividade, faltas ou deficiências) e abertura a intervenções didáticas específicas (não como forma de sanções a aplicar ao aluno).

Portanto, é pelo domínio dos signos linguísticos que no processo comunicacional os sujeitos interagem ativamente uns aos outros, convertendo os meios de comunicação num espaço social, na medida em que estabelecem uma circulação dos conteúdos das suas subjetividades. Segundo Bourdieu (1998, p. 134) este espaço social é como “um campo de disputas”, onde ocorre um conjunto de relações de forças objetivas, impostas a todos os que entram nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo interações diretas entre os agentes”.

Sob pressão imposta pelo campo de forças aos processos tradicionais da comunicação (emissores/receptores), insurge-se um novo modelo comunicação baseada na bilateralidade e nas condições de igualdade de condições e funções estabelecidas entre os interlocutores envolvidos, enfim na mútua afetação (Mead, 1962) que na miragem da mediação inquirir a presença de sujeitos interagentes. Segundo Lima e Bastos (2012, p. 42), o contributo deste autor está na configuração de um modelo de paradigma relacional no processo da comunicação entre os comunicadores:

Sob a luz do modelo relacional, em que a comunicação é considerada essencial à experiência humana em sociedade, ou seja, à constituição de um mundo comum por meio da ação, compreendemos que o processo comunicativo é mais amplo e pressupõe circularidade. Nesse processo, tanto emissor

quando receptor são sujeitos que se afetam e se ajustam reciprocamente na interação, ou seja, estão em ação e agem tendo como referencial a ação do outro.

Sob angulações globais e dinâmicas, este paradigma articula-se sob três dimensões: relacional, simbólica e contextual. E o processo da comunicação passa a ser visto como elemento constituidor do mundo comum e compartilhado, que possibilita aos sujeitos a construção de suas subjetividades, a organização e trocas de suas experiências no mundo. Ou seja, diz-se aqui respeito aos sujeitos emersos na sociedade em mediação. Onde a comunicação “deixa de pertencer à esfera do conhecimento e se insere na esfera da ação, da intervenção e da experiência humana em sua dimensão social e simbólica” (Quere, 1991, p. 04) que expressa a sua singularidade na coletividade. Parafraseando Paulo Freire em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), constitui-se ipso facto, o sujeito dialógico que não apenas fala para o outro, mas com o outro e o conhecimento passa a ser constituído na coletividade. Esse modelo aponta para o “paradigma relacional da comunicação como um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre os sujeitos interlocutores, marcado pela situação de interação e pelo contexto sócio-histórico” (França, 2016, p. 188). Portanto, trata-se aqui de acentuar o papel central da comunicação ao pensar as interseções e a dinâmicas constitutivas dos indivíduos e na sociedade angolana em vias de mediação.

Seguido a lógica do paradigma relacional e comunicacional, estaria no “entre” das relações sociais, mediadas pela linguagem. E, a partir de uma visada situacional, de uma temporalidade recursiva e de uma circularidade. E tanto o emissor quanto o receptor, agora afetados pelos processos comunicacionais passam a ser sujeitos de ação e na interação se ajusta reciprocamente. Eles “estão em e agem tendo como referencial a ação do outro. Essa perspectiva circular pressupõe, então, que uma fonte de estímulo pode ser também de resposta, e a de resposta, também ser de estímulo” (Lima e Bastos citado por França, 2012, p. 42), ou seja, desaparece o rótulo da causa e efeito na nova ambiência interacional mediática. Uma vez que, a dinâmica da comunicação no contexto das instituições midiáticas, a partir de uma perspectiva relacional pressupõe trocas, perspectivas compartilhadas, reciprocidade entre os sujeitos, construção de um lugar comum no qual haverá uma relação reflexiva de mútuas afetações que produzem “um novo bios” (Sodré, 2002, p. 25). Então, se instaura um complexo e vasto campo de maiores possibilidades de ocorrência interacional das práticas sociais e de descobertas de campos diversos de conhecimento e de investigação. Desarticulam-se as lógicas de diferenciação entre produtores e receptores e se pautam novos contratos para “descrever as possibilidades de construção de novos vínculos entre produção, recepção consumo” (Fausto Neto, 2010, p. 10) e de percepção de mundo a nossa volta. Estes vínculos encontram na circulação mediática “lugar no qual produtores e receptores se encontram em jogos complexos de oferta e de reconhecimento” (Fausto Neto, 2010, p. 11). Ainda para Fausto Neto (2010, p. 12-14), nesse estágio “as lógicas dos contratos são subsumidas por outras lógicas de interfaces [...] os receptores perambulam por várias mídias, migrando em seus contatos

com os mesmos, e quebrando zonas clássicas de deslizamentos”. Segundo este autor, por força da ambiência da midiatização as novas condições impostas pela circulação afetam tanto “as lógicas de instituições produtoras”. Quanto aos “sujeitos-receptores”, mudam-se os seus estereótipos da percepção. E, com o domínio dos aparatos sócio técnicos se converte em atores sociais na ambiência midiática. A autoria dos produtos midiáticos já não mais depende de uma única fonte, mas de vários que os reproduzem segundo as suas subjetividades e os inscrevem em outras plataformas ancorados pelas lógicas e processos de apropriação e representação social (Moscovici, 2003).

Conclusão

Depois de tudo o que podemos perceber durante os processos inferenciais quer indutivas quer dedutivas quanto abduativas finalmente, parafraseando Pisani e Piotet (2010), chegamos a conclusão de que na sociedade dos fluxos e contrafluxos dos produtos da Industrial Cultural Midiática, ocorre uma dinâmica rupturante quanto a constituição das subjetividades. Haja visto que a nova ambiência midiática pode provocar, na sociedade algo semelhante à “ruptura” com os costumes, tradições, a moral e ética e impõem aos sujeitos que usam a internet e amam a internet” senão “as redes de relacionamentos sociais e todas as suas ferramentas” um novo modo de ser e existir. Talvez a razão seja pelo fato de que tudo o que se produz nessas sociedades em midiatização esteja voltado para uma prática de consumo (Featherstone, 1995) invadida pela política mercadológica e da racionalidade instrumental. E, então podemos concluir que o conceito de subjetividade possa a constituir-se nas interfaces e disputas interacionais sócio culturais midiáticas. Diferentemente das sociedades tradicionais, aqui a recepção das atividades de lazer, a arte e a cultura passam a ser condicionadas pelo valor de troca, que por sua vez suprime a memória do valor de uso original dos bens e, assim, as mercadorias ficam livres para associar-se a uma ampla sorte de associações e ilusões culturais.

Para Baudrillard (1995, p. 59), obedecendo à lógica própria os sujeitos deixam de consumir produtos e sim signos em conexão com necessidade previamente definida e as mercadorias passam a retirar do sujeito consumidor as características existenciais. Desta feita, a tônica dominante já não recai sobre a “apropriação individual do valor de uso dos bens e dos serviços; [...] também não é a lógica da satisfação que prevalece, mas a lógica da produção e da manipulação dos significantes sociais”. Consequentemente a produção do consumo, pode ser compreendido como processo comunicacional uma vez que, sob o ponto de vista sócio técnico e tecnológico, a produção, a circulação, a apropriação de bens e de signos diferenciadores constituem a linguagem, o código de classificação e diferenciação sócio epistemológica do conceito da subjetividade nas sociedades em midiatização.

Referências Bibliográficas

- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1947).
- Albuquerque Júnior, D. M. (2007). *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc.
- Bakhtin, M. & Volóchinov, V. (2010). *Marxismo e filosofia da linguagem*. (14a ed.). São Paulo: Hucitec. (Publicação original de 1929).
- Bakhtin, M. (2010). *Estética de Criação Verbal*. (5a ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Publicação original de 1953).
- Baudrillard, J. (1995). *Para uma crítica da economia política do signo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Baudrillard, J. (2001). *A ilusão vital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade*. (5rd ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (1987). *Choses dites*. Paris: LesÉditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1998). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Braga, J. L. (2011). Dispositivos Interacionais. *Anais do Encontro Anual da Compós*, Porto Alegre. Anais, Porto Alegre, 1, pp. 1-15.
- Braga, J. L. (2012). Circuitos versus campos sociais. In: Mattos, M. A., Janotti Junior, J., & Jacks, N. (Orgs.). *Mediação e midiatização*. Salvador: EDUFBA; Brasília: COMPÓS.
- Canclini, N. G. (1998). *Democracia e Mass Media*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina.
- Cardoso, F. M. (2000). *Algumas relações possíveis entre o discurso da sala e sobre a sala de aula e o processo ensino-aprendizagem de Ciências*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Castells, M. (1998). *La sociedad de la información: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza.
- Certeau, M. (2002). *A escrita da história*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Chartier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. janvier-février. *Bulletin de Psychologie*, 405(95), pp. 189-195.
- Fausto Neto, A. (2008). Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. *Matrizes*, São Paulo, 1, pp. 89-105.

- Fausto Neto, A. (2010). A circulação além das bordas. In: Fausto Neto, A. &Valdettaro, S. (Org.). *Mediatización, sociedad y sentido*. Rosário: Departamento de Ciencias de laComunicación - UNR, 1, pp. 2-17.
- Featherstone, M. (1995). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.
- Ferreira, J. (2006). Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos. *Líbero (FACASPER)*, 1, pp. 1-15.
- Ferreira, J. (2007). Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação. *E-Compós*, Brasília, 10, pp. 1-15.
- FRANÇA, V. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, C.; LOPES, M. Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. (17a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1989). *A Importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à pratica educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, C. (2001). *Formaçãoeconômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GUARESCHI, A. P. SILVA, M. R. da. (2008) (Coord.) *Bullyng Mais Sério do que se imagina*. 2ª. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, EDIPUCRS, 2008.
- HALBWACHS, M. A. (1990) *Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais. Tradução de: La mémoire collective.
- Halbwachs, M. (2004). *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Hall, S. (1997). *Representation: cultural representation and signifying practices*. London: Sage.
- Hall, S. (2000). "Quem precisa da identidade?". In: Silva, T. T. S. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, pp. 103-133.
- Heller, A. (2000). *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra.
- Honneth, A. (1999). *Teoria Crítica*. In: Giddens, A., Turner, J. (org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp.
- Honneth, A. (2009). *Luta por Reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. (2a ed.). São Paulo: Editora 34.
- Jodelet, D. (1985). La Representacion Social: fenomenos, concepto y teoria. In: Moscovici, S. *Psicologia social II*. Madri: Paidós, pp. 469-494.
- Jodelet, D. (1992). Répresentation Sociales: um domaine en expansive. In: Jodelet, D. (Org.) *Les Representations Sociales*. Paris: Puf, pp. 45-78.

Johnson, R. (1986). The story so far: And further transformations. In: Punter, D. (org.). *Introducción to Contemporary Cultural Studies*. Londres, Longman.

Lévi-Strauss, C. (1976). *O Pensamento selvagem*. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Lima, F. & Bastos, F. (2012). Reflexões sobre o objeto da comunicação no contexto organizacional. In: Oliveira, I. & Lima, F. *Propostas conceituais para a comunicação no contexto organizacional*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editorial; Rio de Janeiro, Editora Senac Rio.

Luhmann, N. (2005). *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus.

Maheirie, K. (1994). *Agencor no mundo: um estudo psicossocial da identidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Maldavsky, D. (1977). *"Teoría de las representaciones"*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

Maldonado, A. E. (2013). A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: Maldonado, A. E., Bonin, J. A., & Rosário, N. M. (Org.) *Perspectivas metodológicas em comunicação: novos desafios na prática investigativa*. (2a ed.). Salamanca: Editorial Comunicación Social, p. 17-45.

Marx, K. & Engels, F. (2007). *A Ideologia Alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Fererbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Marx, K. (2009). *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Vol. II. (23a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mead, G. H. (1962). *Mind Self and Society*. The University of Chicago Press, Chicago.

Meyer, D. E. E. (1999). *Identidades Traduzidas: cultura e docênciateuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. (Tese de Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Moraes, M. C. (2015). Da ontologia e epistemologia complexa à metodologia transdisciplinar. *Revista Terceiro Incluído*, Goiânia, GO, 5(1), pp. 1-19.

Morin, E. (2002). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeane Sawaya. (6a ed.). São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais. Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Nicolescu, B. (1999). *O Manifesto da transdisciplinaridade*. Tradução de Lucia Pereira de Souza. São Paulo: TRIOM.

Nobre, M. (2009). *Curso Livre de Teoria Crítica*. (2a ed.). Campinas: Papyrus.

Nora, P. (1993). “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, 10. São Paulo, p. 12.

Oliveira, J. S. (2002). “*Brasil mostra a tua cara*”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Oliveira, M. K. (1992). *Teorias psicogenéticas em discussão*. (5a ed.). São Paulo: Summus.

Pino, A. (1991). O Conceito De Mediação Semiótica Em Vygotsky E Seu Papel Na Explicação Do Psiquismo Humano. *Cadernos Cedes*, 24, pp. 32-43.

Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos. Repositório FGV de Periódicos e Revistas*, 2(3), pp. 3-15.

Quere, L. (1991). “D’un modele épistemologique de la communication à un modele praxeologique”. *Réseaux*, Paris, 46/47.

Rousseau, J.J. (1978). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. (Col. “Os Pensadores”). (2a ed.). São Paulo: Abril Cultural, 215-320.

Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Sartre, J. P. (2000). *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes.

Sayla, B. M. K. (2012). *Reflexões Pedagógicas: diálogo e afeto enquanto motriz pedagógico*. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Unisul, Tubarão-SC. Disponível em: <https://bit.ly/2THqifj>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Schaff, A. (1987). *O Marxismo e o indivíduo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Sodré, M. (2002). *Antropológica do Espelho: Por uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. (2rd ed.). Porto. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>. Acesso em: 23 maio 2016.

Sperber, D. (1989). Létudeanthropologique des représentations. In: Jodelet, D. *Les Représentations Sociales*. Paris: PressesUniversitaire de France, 113-130.

Suassuna, L. (1995). *Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas: Papirus.

Trindade, Z.A., Andrade, C.A. & Souza, J.Q. de (1997). Papéis Parentais e Representações da Paternidade: a perspectiva do pai. *Psico*, 28 (1), 207-222.

Vygotski, L. S. (1983). *Obras escolhidas*. Tomo 5. Moscou: Pedagoguika.

Vygotski, L. S. (1984). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, L. S. (2000). *Obras escogidas*. Tomo 3. Madri: Visor.

Weber, M. (1984). *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura.